CAPÍTULO 15

Desigualdade e migração: debate da Teoria Crítica como proposta para mudança política

Eliza Odila Conceição Silva Donda; Marcus Vinícius Santos Toledo; Nelson Soutero Coutinho Neto

Resumo

O presente artigo busca demonstrar como a utilização da Teoria Crítica, na perspectiva teórica do neo-gramscianismo e sob uma ótica decolonial, pode ser utilizada de modo a colaborar no processo de expansão da compreensão dos sentidos do fenômeno da migração enquanto um ato que ocorre naturalmente na sociedade, a despeito das diversas tentativas de negação desse fato e criminalização do ato de migrar. Para além desse intuito, pretende-se também verificar como este acontecimento tem sido utilizado por determinadas elites dominantes, sejam elas neocolonizadoras ou descolonizadas (mas que repetem o padrão opressor colonial), que se apropriam da organicidade intelectual, para manter uma lógica de diferenciação em prol de desigualdades, além de preservar, nesse sentido, o status quo do Estado-nação moderno, por meio do qual as esferas de poder em uma lógica capitalista apropriam-se do etnocentrismo para criar ou intensificar novas formas de manutenção do poder. Busca-se demonstrar que as observações das teorias neo-estruturalistas e neoliberais não conseguem responder politicamente de forma satisfatória às exigências de modernização do Estado, saindo da posição de categoria teórica para se tornar apenas em ferramenta de controle social. Para buscar atingir os objetivos propostos, foi realizado um trabalho de levantamento bibliográfico alinhado com a intenção de mobilizar o debate em torno dos fenômenos de caráter migratório. Por fim, É um dos intuitos do trabalho demonstrar que toda discussão a esse respeito está fundamentalmente atrelada à ideia de que a estrutura que a cerca é moldada com o intuito de se pensar no funcionalismo como única 'saída' para as crises.

Palavras-chave: política migratória; desigualdades; neo-gramscianismo; decolonialidade; inclusão.

1. Introdução

O presente artigo busca demonstrar como a utilização da Teoria Crítica, na perspectiva teórica do neo-gramscianismo e sob uma ótica decolonial, pode ser utilizada de modo a colaborar no processo de expansão da compreensão dos sentidos do fenômeno da migração enquanto um ato que ocorre naturalmente na sociedade, a despeito das diversas tentativas de negação desse fato e criminalização do ato de migrar. Para além desse intuito, pretende-se também verificar como este acontecimento tem sido utilizado por determinadas elites dominantes, sejam elas neocolonizadoras ou descolonizadas (mas que repetem o padrão opressor colonial), que se apropriam da organicidade intelectual já exposta por Gramsci em GIROUX (1997), para manter uma lógica de diferenciação em prol de desigualdades, além de preservar, nesse sentido, o *status quo* do Estado-nação moderno, por meio do qual as esferas de poder em uma lógica capitalista apropriam-se do etnocentrismo para criar ou intensificar novas formas de manutenção do poder. Busca-se demonstrar que as observações das teorias neo-estruturalistas e neoliberais não conseguem responder politicamente de forma satisfatória às exigências de modernização do Estado, saindo da posição de categoria teórica para se tornar apenas em ferramenta de controle social.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um trabalho de levantamento bibliográfico alinhado à intenção de mobilizar o debate em torno dos fenômenos de caráter migratório, sejam eles forçados ou de outras naturezas, através de diversos autores e autoras interdisciplinares, indo desde a definição didática sobre desigualdade, apontada por sociólogos como GRUSKY (*apud* COLLARES, VILLELA, 2017), SOUZA (2000), bem desenvolvida e contextualizada no pensamento decolonial por QUIJANO (2005) e esmiuçada pela análise do processo pós colonial de FANON (1961); até a comparação com a Teoria da Reprodução Social, como bem esplanada por BHATTA-

CHARYA (2019). Da mesma forma, foi resgatado o reforço da Teoria Neo-gramsciniana (COX, 1983 1999; COHN, 2007; SANTOSb, 2017; GIROUX, 1997) para se compreender de que forma seus pressupostos podem contribuir para o debate em questão. O estudo ainda sugere relações com a reflexão de BAUMAN (2009; 2016), FREIRE (2013) e VELASCO (2016) e com as chamadas propostas interseccionais apresentadas por autoras como YUVAL-DAVIS (2019a).

Testa-se, dessa forma, a hipótese inicial com o devido auxílio da análise bibliográfica apontada, de modo a argumentar em contraposição ao pragmatismo estrutural, de viés liberal, verificado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e que resulta na problemática da perpetuação do paradoxo do universalismo dos Direitos Humanos, importante para a compreensão crítica à criação de mecanismos de violação de direitos fundamentais em políticas migratórias, tais como a questão da seletividade migratória, a fragmentação do direito internacional e a ocorrência da guerra humanitária.

Busca-se concluir, então, por meio do presente trabalho, que a política migratória tal como hoje estruturada, tem sido utilizada como instrumento opressor global, por alguns blocos transnacionais do norte-eurocentrado, com o objetivo de construir espectros de sujeições que invariavelmente precarizam vidas humanas vulneráveis, memorizados em direitos de grupos migratórios, e que condiciona diversas subjetividades coletivas e particulares à sua própria sorte ou azar, de acordo com seu lugar de nascimento, raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, filiação política, escolhas religiosas ou outros recortes de minorias recorrentemente vítimas de perseguição. Pretende-se, assim, que esse trabalho seja capaz de demonstrar como as diversas ferramentas de intensificação de desigualdades impulsionam necessariamente as vulnerabilidades, bem como acabam por atuar também como ferramentas estruturais para manutenção do *status quo* desses blocos de poder categorizados em classes transnacionais. É

um dos intuitos do trabalho demonstrar que toda discussão a esse respeito está fundamentalmente atrelada à ideia de que a estrutura que a cerca é moldada com o intuito de se pensar no funcionalismo como única 'saída' para as crises.

Os limites do trabalho se aplicam aos parâmetros já pensados por WALTZ (2001), quando traçou as três imagens para estudos das políticas internacionais. Segundo o autor, ao adotarmos uma visão sistêmica da política migratória vigente, deixamos de observar avanços em determinadas regiões do globo, ou fora do sistema norte-eurocentrado. Isso poderia contribuir para o processo decolonial, haja vista que a observação de experiências regionais podem ser úteis para se obter informações sobre a quebra do paradoxo entre a proteção do direito de migrar e a permissão de criação de mecanismos estatais de obstaculização do processo de mobilidade. Porém, buscou-se discutir a reflexão da emancipação pelo diálogo intercultural, observando a troca de experiências, buscando criar senso crítico, sem que se afaste da reflexão política, buscando a ação e a mudança social, através da contribuição do surgimento do conceito de 'elite intelectual orgânica cultural', como refletido a partir dos textos de Gramsci em GIROUX (1997), com contribuições da didática emancipatória de Paulo Freire, haja vista que precisamos encontrar mecanismos para superar a discussão teórica do universalismo seletivo dos direitos humanos e promover diálogos inclusivos, interculturais e transnacionais.

Para tanto, o presente artigo será dividido em duas partes: sendo a primeira, sobre a migração e sua utilização como ferramenta de manutenção do *status quo*; e a segunda, sobre o poder soberano e as teorias tradicionais neorrealistas e neoliberais; por fim, apresentar-se-ão as considerações finais.

2. Migração e sua utilização como ferramenta da manutenção do *status quo*

Por desigualdade formal, entende-se, nas palavras de COLLARES, VILELA (2017, p. 198) aquela(s) que “(...) dependem de uma convenção acordada entre homens, segundo a qual é possível existirem privilégios na sociedade que alguns podem gozar em detrimento de outros(...)”. E, também, é geradora da desigualdade material, por meio da qual um indivíduo tem suas capacidades materiais e de deslocamento moldadas por suas diferenças adstritas, socialmente herdadas e adquiridas (GRUSKY *apud* COLLARES, VILELA, 2017, p. 200).

No campo da migração, as desigualdades se aplicam de formas específicas em diferentes níveis: no contexto do país de origem daquele que migra, elas se estabelecem por meio da posição social que pessoa se encontra; no trânsito entre o país de origem e de destino, passando ou não por outros países neste intervalo, ela está nas diferenças de gênero, de raça e na posse de eventuais *status* migratórios diferenciados (o que pode se configurar em apenas possuir documentos físicos, como ter visto válido, ou até passaporte diplomático). Já em relação ao país destino, estas diferenças aumentam e moldam quase toda a interação social, que esta pessoa terá com a sociedade local, com poucas oportunidades de mobilidade social, mesmo se detentor de *status* adquirido, como títulos universitários, por exemplo.

Este processo de estratificação social é oriundo, no que lhe concerne, de processos históricos de colonização europeia (QUIJANO, 2005, p. 117-118). Conforme analisa FANON (1961, p. 62, 64, 72, 78), o capitalismo se apropria da diferenciação social advinda da colonização para intensificar e/ou criar formas de manutenção do poder do bloco histórico composto, agora, por uma elite descolonizada, mas que se nega a atender demandas básicas do resto da

população (FANON, 1961, p. 160, 164). Logo, é possível enxergar como sendo fruto da colonização a intensificação de diferenças de gênero, bem como a criação de novas diferenciações, estabelecidas entre hemisférios, raças, capacidade dos países e narrativas, para aprofundar as desigualdades formais citadas.

E, trazendo para os dias atuais, vemos que a pessoa migrante sofre, muitas vezes na pele, com essas desigualdades, afetando seu desenvolvimento interpessoal e intrapessoal, a ponto de levarem muitas gerações para chegar ao patamar mínimo para se 'inserir' na sociedade hospedeira. Isso ocorre pelo fato da estrutura que a cerca ser moldada para pensar no funcionalismo como única 'saída', algo que a Teoria da Reprodução Social (BHATTACHARYA, 2019, todo artigo, em especial nas páginas 107, 109-111), traz com profunda maestria, quando aponta exemplos como o da criação de espaço para mulheres no alto escalão de empresas, mas mantém intacta a estrutura base, sendo, portanto, o capitalismo busca prevenir qualquer mudança real nas relações, pois ela significa afetar seus lucros. No mesmo sentido, vê-se a extensão da interpretação da reprodução social para todos os trabalhos que sustentam a lógica da acumulação capital:

Vogel demonstra que este fenômeno [trabalho doméstico] pode incluir uma série de medidas que inclusive ultrapassam as relações familiares. Ela pode se dar tanto através da automação (introdução de máquinas de lavar roupa, por exemplo), quanto através da socialização das tarefas domésticas (quando o Estado as assume, através da educação e da rede de saúde pública, por exemplo) e/ou transferência destas para o setor de serviços (por exemplo, lavanderias, lojas de roupas prontas e redes de *fast-food*). A autora destaca ainda que o trabalho reprodutivo total de uma sociedade também pode ser reduzido empregando-se populações institucionalizadas (trabalho prisional, trabalho militar) e atraindo trabalhadores migrantes de outros países. (VOGEL, 2013 [1983], p. 162 *apud* RUAS, 2020, p. 393). [grifo nosso].

Além de aumentar o vale de desigualdade entre os seres humanos, opta por se fazer uma distinção subjetiva entre o 'nós' e os 'outros' através da manutenção da figura do Estado, como uma espécie de Grande Irmão/Leviatã¹, em que este irá proteger 'os seus' da ameaça que representa 'o outro', como demonstrado por FANON (1961, p. 24), no trecho em que expressa que "posto que os outros se fazem homens contra nós, demonstra-se que somos os inimigos do gênero humano". Este medo, criado como apreensão dos sentidos dos textos de BAUMAN (2009 e 2016), é apenas para legitimar as ações estatais que visam, no caso da migração, torná-la difícil, burocrática, criminalizante e, muitas vezes, mortal, além de poder controlar a população que habita seu território. Meio também usual para manter a subserviência, aplicada em todos os níveis, inclusive pelos atores financeiros transnacionais.

Mesmo com a descolonização formal, a colonização continua veladamente, com a diferença que, agora, os colonizadores não precisam mais arcar com a manutenção financeira das instituições nos países colonizados. Estas custas ficam, ironicamente, para estes mesmos, como um fenômeno absolutamente específico das relações neocoloniais. Apenas através de uma proposta decolonial há possibilidade de se propor qualquer mudança social [(QUIJANO, 2007, p. 178) e (FREIRE, FAUNDEZ, 2013 p. 7)], atrelada ao processo de análise pós-colonial do impacto que o colonialismo/imperialismo promoveu ao longo da história nas artes, literatura, sociedade etc, verificar o que poderia ser aproveitado e o que poderá ser transformado.

Os atores transnacionais, que possuem a subserviência dos Estados, conseguem o apoio de seus dominados através da dependência econômica, da alta propaganda e da educação formal, basilada em valores tendentes a naturalizar estruturas coloniais. Reforça-se o

¹ Figuras usadas tanto como protetor, quanto vigia, opressor, utilizando as definições desejadas pelos autores, George Orwell e Thomas Hobbes.

conceito westfaliano de Estado-Nação por meio da forma material ou cultural para os países descolonizados e sua população, de modo que acabam por viver e aceitar uma realidade estruturada ainda em uma lógica extrativista/dominadora/neocolonial. Assim aquelas elites governam, através do fenômeno sociológico que foi muito bem descrito por SOUZA (2000, p. 6) quando postulou que a “sociologia da inautenticidade articula, como seus temas invariantes e centrais, os conceitos subsequentes de herança ibérica, personalismo e patrimonialismo”. Dessa forma, sociedades periféricas ainda mantém o pensamento extrativista e, por seus interesses privados, aceitam, tanto continuar com a economia colonial, quanto permitir que o projeto de industrialização de seu país se dê por meio de empresas que buscam utilizar de seu poder financeiro para influenciar na negociação desse planejamento, ocasionando redução ou aniquilação dos impostos, e relativizando a exploração de trabalhadores locais, além de fazer vistas grossas para poluição, degradação do meio ambiente e prestação de serviços precários à comunidade local.

Com interesse de manter um local onde possa fazer o que quiser, esta iniciativa privada, normalmente vinda de países desenvolvidos/centrais/ex-colonizadores, mantém a discussão sobre distribuição de recursos financeiros e de oportunidades de forma justa e global, como um tema reservado aos idealistas, utópicos, subversivos e todos os adjetivos pejorativos utilizados para pôr em questionamento a estrutura, ou ordem, da mutabilidade dos conceitos e ideologia, de como a emancipação, pelo pensamento crítico poderá reinterpretar a dinâmica de poder, a dinâmica social, neste mesmo sentido BUSNARDO e BRAGA (2000).

A respeito dessa visão, convém observar as lições a respeito da noção de multiculturalismo trabalhada por Boaventura de Souza Santos. Para o autor, é fundamental que a noção de direitos humanos seja ressignificada para além de seu sentido liberal universalista e

passa a ser expresso em uma lógica multicultural. Isso se justifica historicamente de forma bastante clara, ao se notar que, desde o final da Segunda Guerra, a política de direitos humanos sob viés liberal tem servido em geral aos interesses de grandes potências ocidentais, por meio de mecanismos culturais de hiper visibilização de certas pautas e invisibilização de outras menos interessantes. Nesse sentido, apesar da premissa da universalidade dos direitos humanos, na prática a defesa dos mesmos está intrinsecamente ligada a uma agenda política que satisfaça um movimento de globalização “de cima para baixo”, como na bem construída reflexão do autor em seu texto, ou seja, conforme os interesses de potências globais (SANTOSA, 1997).

Atualmente, o discurso ligado a correntes supostamente realistas, centradas em concepções dogmáticas de estado, de que a migração se trata apenas de pessoas pobres invadindo os países ricos em busca de oportunidades não encontra amparo nem na realidade material e nem nas conclusões acadêmicas que se debruçaram sobre o tema de forma honesta, uma vez que, como menciona SASSEN (1999, p. 28), “[a]s migrações são processos altamente seletivos”, e o “motivo pelo qual as migrações assumem essa forma altamente estruturada tem a ver com as interações e inter-relações entre os países de origem e de destino”. E a autora acrescenta:

(...) quando os formuladores de políticas e o público em geral interpretam mal a migração, como causada simplesmente pela pobreza ou perseguições nos países pobres, eles ficam com poucas opções de políticas. (Tradução livre)

Valendo-se dos avanços da tecnologia, que possibilitam que a informação chegue a muitas pessoas, mesmo que nem sempre pelos canais oficiais, diversos meios foram criados para fazer com que esta realidade seja questionada, através de canais de imigração clandestinos, por exemplo, que visam burlar os requisitos objetivos e subjetivos dos Estados, bem como questionar o culturalismo (SOUZA, 2000,

p. 184), tese construída com base em discursos hegemônicos e que nada representa senão uma forma de manter a desigualdade local, como apontado pela Declaração de Granada, em 2005, transcrita e comentada por Juan Carlos Velasco em seu livro (2016, p. 176-177).

Através desta legitimação das barreiras migratórias, que não visam impedir a entrada de migrantes e, sim, apenas mostrar que existe uma aparente preocupação estatal com seus nacionais, mostrando a estes, um sentido de grupo e de pertencimento, bem como manter a irregularidade migratória como mecanismo de troca, em um contrato social informal (VELASCO, 2016, p. 126), entre o fornecimento de mão de obra barata em troca da estada neste país, sob pena de deportação, logo vê-se a retroalimentação do discurso securitário (VELASCO, 2016, p. 32), ou como uma arma de guerra ou de coerção, quando milhares são expulsos ou deportados, neste sentido ARENDT (2009); AFP (2018); DE GENOVA (2020); QUINTANILHA, PEREIRA (2021).

3. Poder soberano e as teorias tradicionais neorrealistas e neoliberais

Com a globalização, ocorre na área das relações internacionais um determinado esforço das teorias tradicionais, em especial a Neorrealista e a Neoliberal, para, além de sugerirem teses sobre o funcionamento de mecanismos para perpetuação das estruturas pré-coloniais (pautada, entre outros, em gênero e etnia), criarem ferramentas para criação de novas categorias de explicação (raça, economia, educação, etc.), de modo a, assim, indicarem soluções para sua superação. Ocorre, porém, que geralmente tais correntes acabam por esbarrar em limites conceituais, ao partir de propostas de ações impossíveis, ou quase impossíveis, que custariam muito sofrimento e levariam o tempo de gerações para atingirem os níveis primários desejados. Tais propostas, metodologicamente limitadas,

como se pretende demonstrar, são amparadas em teses como a funcionalista ou meritocrática (MOORE, 1945, PARSONS, 1940, *apud* COLLARES, VILELA, 2017, p.200).

A criação de um imaginário mundial do “perigo vs. salvador”, muito tem a ver com a resposta encontrada pelo nível estrutural de análise, dada por Kenneth Waltz (2001, p. 238) sobre Análise Sistêmica, ‘terceira imagem’, na qual parte-se da premissa de que o Sistema Internacional é Anárquico, em que pese a constante da disputa pela hegemonia, não existe uma autoridade superior aos atores Estatais, visão de um todo, panorâmica. Esta resposta é clássica para quem defende a interdependência, cooperação, para troca de influência e capital (KEOHANE, 2011, p.5-7). Porém, o poder é dividido com atores transnacionais, ligados ao comércio e com ligações ou pertencimento às antigas elites dos países colonizadores ou colonizados (QUIJANO, 2005, p. 117-118) onde o capitalismo se apropriou da diferenciação social advinda da colonização para intensificar as formas de manutenção do poder do Bloco Histórico², composto, agora, pela elite descolonizada, que evita alimentar o resto da população (FANON, 1961).

Com estas teorias tradicionais, vê-se a preocupação dos teóricos com uma atitude estatal que legitime as ações da iniciativa privada, através de sua blindagem soberana, pautada num conceito de mundo dividido em Estados-nações, onde as estruturas de poder são moldadas conforme alianças entre Estados para mover seus interesses. É que, sabendo, que a maioria dos países foi colonizada durante séculos, teve seu povo morto ou escravizado, suas riquezas saqueadas, sua cultura assolada e posta em questionamento, do qual se formou uma elite, que em troca da sobrevivência do povo, mantinham a escravidão não em senzalas, mas, agora, na falta de dinheiro e mer-

² Para conceito de ‘Bloco Histórico’, cf. COX (1983, p. 167); SANTOSb (2017, p. 65).

cantilização dos serviços públicos essenciais, e essa escravidão não se dá apenas pela manutenção da pobreza, mas pela manutenção da obediência, em que se cria mecanismos estatais para punir quem pretende questionar o sistema. Isto é um retrato sistêmico, onde, em seus defeitos dos níveis de análise, encontra-se a falta de apreciação da relevância do trabalho feito por educadores e ativistas nos países em subdesenvolvimento.

Boaventura de Souza Santos afirma que movimentos interessantes de proteção aos direitos humanos foram realizados de modo a confrontar estruturas hegemônicas, estabelecendo a esse movimento um caráter abertamente anticapitalista. Tais práticas em geral resultaram na construção de diálogos interculturais de direitos humanos que se alinham a uma noção progressista para o conceito (SANTOSa, 1997, p.20). Para o autor, apenas a partir de uma compreensão verdadeiramente multicultural de direitos humanos seria possível superar velhos traumas e perdas de referências, desprendendo-se de vez do viés liberal do conceito e estabelecendo para o mesmo paradigmas essencialmente progressistas. Diante disso, convém aqui atentar para as muito relevantes considerações do autor canadense Will Kymlicka em seu texto *"Multiculturalism: success, failure, and the future: transatlantic council on migration"*.

Ao abordar o tema do multiculturalismo, Kymlicka observa a existência de algumas críticas pertinentes à maneira como o conceito vem sendo considerado e, muitas vezes, banalizado, ao ser reduzido meramente a uma celebração confortável de diversidade etnocultural, por meio da qual em um ambiente civilizado de tolerância são estimuladas práticas culturais diversas. Essa visão, ainda que bem intencionada, costuma ignorar uma série de elementos fundamentais para a construção de uma reflexão profunda a respeito do tema. Observemos, pois, os principais problemas destacados.

Primeiramente, ganha destaque o fato de que políticas multiculturais tradicionais não encaram questões relativas a desigualdades. No âmbito político e econômico, o autor observa que não se pode falar de uma real política multicultural em termos de migrações se, ainda que se estimule a celebração da diversidade étnica e realizem-se campanhas de combate ao preconceito de toda sorte, ou outras medidas amparadas na busca da tutela de direitos individuais, não exista, por parte do Estado, medidas claras e efetivas que estabeleçam o pleno acesso a representantes de culturas diversas ao exercício do direito à educação, alimentação, dignidade humana, emprego, moradia. Nesse sentido, Kymlicka caminha absolutamente de encontro com a proposta de Boaventura de Souza, ao observar que uma política multicultural se atrela antes de qualquer coisa à superação de uma noção de políticas públicas que rejeite encarar a essência dos problemas relativos ao desamparo e invisibilização dessas pessoas. Fora dessa conclusão, o que resta é a demagogia e o cinismo liberal.

A globalização é a dinâmica que põe em xeque o poder soberano, pois para que o Estado satisfaça as vontades de suas elites e das elites transacionais ou Blocos Históricos, ele precisa flexibilizar parte do seu poder soberano para aceitar a abertura do comércio, facilidade para circulação de mercadorias, tanto pelos incentivos fiscais dos países, como pelo aumento da tecnologia da comunicação e das máquinas (tanto de fabricação, quanto de transporte. A iniciativa privada e os dirigentes estatais dos países (desenvolvidos) ignoraram que por mais que as soberanias estivessem sendo diminuídas ou flexibilizadas em benefício do faturamento financeiro, estavam perdendo o controle do mercado, como mostra CASTELLS (2018, p. 457), "(...) os mercados financeiros globais estão amplamente fora do controle de qualquer governo individual (...)".

Além disso, com a flexibilização do poder soberano estatal, exigido para cumprimento dos preceitos neoliberais e para satisfação

dos lucros elitistas dos que dominam os governos, a migração, sob ato da deportação, se torna a imagem perfeita para exteriorização deste poder, ou sua reafirmação. Isto, pois, a cada instabilização financeira, ou estresse, ou ansiedade social (pandemia, por exemplo) as fronteiras são as primeiras a serem fechadas, e os migrantes são os primeiros a serem vistos como inimigos em potencial, pois a figura do 'outro' maligno está impregnada na ideologia nacionalista (NYERS, 2010; KAMTO, 2017).

Incluir o ser humano como protagonista é essencial para pensar em políticas públicas migratórias, em qualquer nível, para voltar ao básico de proteção dos direitos humanos para garantia da paz e segurança internacional. Porém, além desta inclusão, deve-se criar meios para que essas pessoas tenham condições de se tornar intelectuais orgânicos, capazes de promover a resistência, enquanto, com outros intelectuais, promovem o despertar, para terem forças e autoridade no momento da revolução social. Contribuindo para, nas palavras de Moacir Gadotti (GADOTTI *in* FREIRE; FAUDEZ, 2013, p. 8), a educação como ferramenta: "o paradigma da educação popular se constitui numa rica e variada tradição reconhecida pelo seu caráter emancipatório, alternativo, alterativo e participativo na luta contra hegemônica."

Fica claro, dessa forma, que existe respaldo teórico para a utilização da Teoria Crítica, na perspectiva do neogramscianismo e com o pensamento decolonial para entender que a migração, um ato que acontece naturalmente, é instrumentalizado pela elite burguesa conforme seus interesses, pensando ao nível global - dos blocos históricos transacionais - para manter as diferenças e, por consequência, as desigualdades, dando a entender que a culpa pelo fracasso está no oprimido, bem como condicionando o mundo à sorte ou azar, segundo suas condições de nascimento, raça e gênero, numa lógica injusta e perversa.

Ao contrário, as teorias críticas não são naturalistas, mas reflexivas e historicistas, olhando de forma holística para os fundamentos da ordem internacional, numa lógica dialética e emergente. Não assumem o mundo presente como *natural* e imutável, mas sim como resultado de um processo histórico dinâmico. Isto significa que as teorias críticas olham para a forma tradicional de explicar o mundo das teorias racionalistas, sobretudo o neorealismo, como visões a-históricas, limitadas e limitativas do conhecimento dos processos históricos que explicam as relações internacionais. Na leitura crítica, as visões dominantes assumem que o mundo é *naturalmente* egoísta, desigual e inseguro. Para as teorias críticas, o egoísmo, as desigualdades e inseguranças não são *naturais*, mas produto de um processo histórico que se desenrola e evolui em permanente tensão transformativa entre forças conservadoras defensoras da continuidade e forças progressistas defensoras da mudança. (MENDESa, et al, 2019)

4. Considerações finais

Como visto acima, não se pode finalizar este artigo com uma conclusão hermética, pois este estudo está longe de vislumbrar qualquer solução concreta. O que se busca, aqui é a abertura da discussão acadêmica a respeito do futuro da migração e dos direitos humanos, o incentivo a pesquisas mais profundas, o apontamento de temas sensíveis, bem como mostrar alguns passos que já foram dados e alguns caminhos possíveis.

A incoerência entre uma determinada noção de globalização, incentivada pelo neoliberalismo, e a imposição de barreiras migratórias, apenas cria um inimigo, criminaliza a migração, objetifica as relações humanas e, novamente, viola os direitos humanos. As teorias neorealista e neoliberais carecem de cumprir seu papel de explicar a realidade, apenas buscam meios para justificar a manutenção do *status quo* do Estado, das elites dominantes, dos blocos históricos, como citados acima. Através das teorias pós-estruturalistas, seja através de Foucault (GÓES, 2015), ou Derrida (MENDESb, 2015), as propostas são as mesmas para a (re)leitura gramscianiana:

o questionamento da estrutura, a mudança, a mutabilidade, através da dialética, da construção do pensamento crítico, da ação política, por atores orgânicos.

Consoante a isto, vemos que a teoria crítica, Segundo HABERMAS (*apud* SOUSA, 2005, P.185):

Para Habermas, a Teoria Crítica questiona as fundações da ordem social existente em termos epistemológicos (fonte de conhecimento) e ontológicos (natureza do ser), sendo a assunção central a de que todo o conhecimento tem uma base histórica e política. Critica as teorias ortodoxas por serem demasiado conservadoras, oferecendo como alternativa, através da exposição das bases sociais do conhecimento, poder e valores, uma nova visão que “liberta” a teoria internacional, de modo que as injustiças e desigualdades existentes no sistema possam ser analisadas. (SOUSA, 2005, p. 185).

Em uma análise mais subjetiva, GRAMSCI conta:

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do género humano mundialmente unificado. (1999, p. 94).

A lógica capitalista, impulsionada pelo liberalismo, apropria-se da migração para encontrar um culpado para a incapacidade do Estado, face à crise política ou estresse social, voltando-se para a tendencia da criminalização da figura do migrante, como meio de proteger os seus nacionais das ameaças que vêm ‘de fora’, repetindo todo a narrativa nacionalista necessária para criação dos Estados-nações modernos, tão bem abordados por AREDNT (2009) e BREUILLY (1996). Este paradigma da segurança nacional como meio de proteção face ao controle migratório é meio utilizado pelas legislações nacionais para impedir a entrada ou expulsar os migrantes,

por qualquer motivo, e é uma tendência que vem sendo debatida na academia e por muitas instituições, haja vista a mudança recente da legislação brasileira, na qual alterou-se textualmente seus paradigmas para direitos humanos (MELLO 2021; QUINTANILHA, PEREIRA, 2021).

A leitura através da teoria crítica, pela perspectiva neogramsciana, com pensamento decolonial, pode nos oferecer uma mudança na forma de abordarmos o tema da migração, a política migratória, desde o fazer política, até a figura do migrante e seu trânsito pelo mundo. Evidentemente, o tempo será longo até o pensamento crítico poder fazer parte da realidade de cada ser humano.

Com um âmbito geral, poderia-se até falar pós-colonial, deve-se repensar a questão dos papéis que foram naturalmente cedidos ao longo da construção da figura de controle social e de manutenção do status quo: o Estado. No mesmo sentido de HONRIG (*apud* NYERS 2010), pode-se pensar sobre a tomada de direito, que não é sobre a retomada, pois nunca o tiveram, nem sobre a concessão, uma vez que isto daria ao Estado o poder de definidor (novamente); mas, de fato, a tomada, no sentido literal, da palavra, por parte das pessoas.

Esta voz e o espaço precisam ser ocupados por migrantes, o ato político está além do votar e ser votado, está na voz e na presença, e a deportação serve para coibir esta dinâmica. Além disso, há a necessidade de ficar atento às dinâmicas estatais para retomada do poder (NYERS, 2010), para isto a construção do pensamento crítico deve ser baseada na dialética (FREIRE, 1992, 2013; GIROUX, 1997) no diálogo intercultural (SANTOSa, 1997) na aposta na representatividade orgânica, pois somente assim, poderemos repensar e reconstruir a figura do Estado, como gerador de política orgânica, de forma dinâmica e colaborativa. Este pensamento deve ser trabalhado com cuidado, e em conjunto, para não cair na transferência de res-

ponsabilidade ou transferência, ou terceirização da culpa neoliberal, quando culpa o migrante por sua condição.

Portanto, o migrante deve buscar a tomada da ação política, conquistar sua voz e espaço, para ter a tomada do direito a ter direitos. Após isto, em uma sociedade inclusiva, pode-se pensar em política migratória, mas esta jamais deve ser vista sob a ótica realista, estatal, mas, sim, pela transversalidade, pela mobilidade, pelo viés da reparação histórica.

Referências

AFP. Tribunal Penal Internacional vai julgar deportação de rohingyas de Mianmar. Exame: Mundo, 06 set 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/tribunal-penal-internacional-vai-julgar-deportacao-de-rohingyas-de-mianmar/>. Acesso em: 16 fev 2020.

ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. 1a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2017.

_____. Viver com Estrangeiros. In: BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009, p. 74-90. Disponível em: <http://www.marcelinochampagnat.com.br/Files/champagnat/20181001112238.viver-com-estrangeiros-bauman-pdf.pdf>. Acesso em: set 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social? Revista Outubro, n. 32, 2019, 99-113p. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 01 mai 2021.

BREUILLY, John. Approaches to Nationalism. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Mapping the Nation. London/New York: Verso, 1996. p. 146-p.174.

BUSNARDO, Joanne. BRAGA, Denise. Uma visão neo-gramsciana de leitura crítica: contexto, linguagem e ideologia. Ilha do Desterro, n 38, 2000, 91-

436 Desigualdade e migração: debate da Teoria Crítica como proposta
— para mudança política

114p. ISSN 2175-8026 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8151>. Acesso em: 05 dez 2020.

COHN, Theodore H. HIRA, Anil. *Global political Economy: Theory and Practice*. New York: Routledge, 2016. 511p. ISBN: 9781315659695. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781003056881/global-political-economy-theodore-cohn-anil-hira>. Acesso em: set 2020.

COLLARES, Ana Cristina Murta. VILELA, Elaine Meire. *Desigualdade e Exclusão/Inclusão*. In: CAVALCANTI, Leonardo ... [et al], (org.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 198 – 205.

COX, Robert W. *The political economy of plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2003. 3^a. ed. Disponível em: http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_2/POLITICAL%20ECONOMY%20Political%20economy%20of%20a%20plural%20world%20Critical%20reflections%20on%20power%20morals%20and%20ci.pdf. Acesso em: 3 abr 2020.

_____. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in Method. *Millennium. Journal of International Studies* 1983, v. 12. 162-175. DOI: 10.1177/03058298830120020701. Disponível em: https://people.unica.it/fulvioventurino/files/2020/04/Cox_1983_Gramsci-hegemony-and-international-relations_An-essay-in-method.pdf. Acesso em: 15 fev 2021.

DE GENOVA, Nicholas. O Poder da Deportação. *REMHU, Ver. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 28, n. 59, ago. 2020, p. 151-160. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1247>. Acesso em: 05 ago 2021.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [1961].. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1430773&forceview=1>. Acesso em: abril 2021.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e terra, 2013.

_____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIROUX, Henry A. Professores como Intelectuais Transformadores. In: GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 157-164. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5000190/mod_resource/content/1/Texto-Giroux.pdf. Acesso em: 02 jun 2021.

GÓES, Camila Massaro de. Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos Subaltern Studies. *Plural, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v. 22.2, 2015, p. 222-246. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/101364>. Acesso em: 16 jul 2021.

MENDESa, Pedro Emanuel. As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais, Lisboa*, n.61, p.95-122, mar. 2019. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992019000100008&lng=pt&nrm=i so. Acesso em: 10 de jun 2021.

MENDESb, Cristiano. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. *RBCS, Revista brasileira de ciência sociais*, vol. 30, n. 88, 2015, p. 45-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/g4CrpRq6c9wCX9nmVSTWWkx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul 2021.

MELO, Rúrion. *Marx e Habermas: Teoria crítica e os sentidos da emancipação*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MELLO, Patrícia Campos. *Brasil barra venezuelanos na fronteira com base em orientação inexistente da Anvisa*. Folha de S. Paulo: Refugiados, 25 fev 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/brasil-barra-venezuelanos-na-fronteira-com-base-em-orientacao-inexistente-da-anvisa.shtml>. Acesso em: 15 mar 2021.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. En: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, 117-142p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual>.

438 Desigualdade e migração: debate da Teoria Crítica como proposta para mudança política

clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 04 abr 2021.

_____. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, 2007, 168-178p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601164353>. Acesso em: 24 abr 2021. ISSN 0950-2386

QUINTANILHA, Karina. PEREIRA, Alexandre Branco. Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário. *The Intercept*, 23 jul 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>. Acesso em: 02 ago 2021.

NYERS, Peter. Abject Cosmopolitanism: The Politics of Protection in the Anti-Deportation Movement. In: DE GENOVA, Nicholas; PETUZ, Nathalie (ed). *The Deportation Regime: Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement*. London: Duke University, 2010. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1466543/the-deportation-regime-sovereignty-space-and-the-freedom-of-movement-pdf>. Acesso em 30 jul 2021.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, n. 1, vol. 12, 2020, p. 379-415. ISSN: 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/46086/33034>. Acesso em: 21 ago 2021.

SANTOSa, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-31, 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF

SANTOSb, Paulo Roberto Felix dos. Ideologia e política em Antônio Gramsci: aproximações teóricas. Em pauta. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1o Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 51 – 69. DOI 10.12957/REP.2017.30376. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/30376/21542>. Acesso em: 05 mai 2021.

SASSEN, Saskia. *Guests and Aliens*. New York: The new press, 1999. 232p. ISBN 1-56584-481-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30529998_Guests_and_Aliens. Acesso em: 18 fev. 2020.

SOUSA, Fernando de (dir.). *Dicionário das relações internacionais*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2005. 251 p. ISBN 972-36-0752-2

SOUZA, Jesse. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UNB, 2000. 276p. ISBN: 85-230-0605-2.

VELASCO, Juan Carlos. *El azar de las fronteras: políticas migratorias, ciudadanía y justicia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016. 340 p. ISBN: 978-607-16-4340-7. Disponível em: www.fondodeculturaeconomica.com. Acesso em: 01 dez 2020.

YUVAL-DAVIS, N. *Situated Intersectionality and Social Inequality*. *Reasons Politiques*, v. 58, n. 2, p. 91-100, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rai.058.0091>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Sobre os autores

Eliza Odila Conceição Silva Donda

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. E-mail: eliza.donda@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0651-3662>.

Marcus Vinícius Santos Toledo

Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. E-mail: marcustoledo88@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9873-291X>.

Nelson Soutero Coutinho Neto

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino Americana. E-mail: nelsonscneto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2943-8578>.